



A democracia sob o teste do neoliberalismo e do populismo*

(por uma crítica da Laclau)

Pierre Dardot

Christian Laval

Retorno ao "populismo"

É indispensável que retomemos de forma crítica a noção de "populismo". Trata-se, em realidade, muito mais do que uma querela terminológica e conceitual. A questão é política, e ela tem dois vieses que estão ligados. Refere-se, primeiro, a entender se este termo é suficiente para caracterizar a natureza da extrema direita francesa. Em seguida, trata-se de saber se a resposta política da esquerda deve se definir sobre o mesmo terreno do "populismo", como muitos ficarão tentados a fazer ao invocar, apressadamente, o exemplo do Podemos.

O que trai o uso dominante desta noção pela da mídia é o desprezo oriundo da presunção de incapacidade política popular. Toda expressão de oposição ao neoliberalismo foi imediatamente desacreditada por este vocábulo nas mídias dominantes ou na "classe política". Não podemos nos deter a esta crítica de uso pejorativo e depreciativo desta palavra. Conforme destaca Catherine Colliot-Thélène, esta crítica "deixa a porta aberta a uma possível inversão do sentido do populismo"¹. Esta inversão levaria à valorização do que é desvalorizado no uso dominante. O termo deveria, então, ser reivindicado positivamente: seria necessário opor um "populismo de esquerda" à governança das elites neoliberais.

A primeira questão que devemos nos fazer é a do poder explicativo dessa noção: teria ela a capacidade de situar fenômenos tão diversos quanto a eleição de Trump, o Brexit, a ascensão do Front National, o avanço do Podemos, o posicionamento de Mélenchon, etc.? Sem sequer falar de unidade, qual denominador comum podemos encontrar em todos estes fenômenos? Deseja-se fazer uma base sobre uma oposição do "povo" as "elites"? Porém, o que se entende por "povo"? Esta palavra pode tanto designar o todo, como uma parte deste todo.

* Tradução de Jamile de Oliveira Gonçalves, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Brasília. Revisão de Márcio José Silva, Gabriel Lopes Pontes, Jorge Nóvoa e Soleni Biscouto Fressato.

¹ Catherine Colliot-Thélène, "O populismo não é um conceito", Cahier de l'Education permanente, nº 49, p. 112.



De acordo com observação de Laurent Jeanpierre¹, a diferença entre o "populismo" nacionalista do Front National e o "populismo" reivindicado pelo Podemos é que o Front National sincretiza o sentido social (a parte) sobre o sentido nacional (o todo), de modo a impor uma imagem homogênea e unificada que rejeita as elites fora do corpo são da nação ao lado do estrangeiro ao mesmo tempo em que esta exclui toda oposição de nível interno ao "povo" assim idealizado. É esta passagem da oposição interna ao povo como um todo (entre as classes populares e as elites) à oposição externa do povo tido como todo, à "elite cosmopolita" que caracteriza esse tipo de nacionalismo.

Trata-se, de fato, um nacionalismo autoritário e identitário ou de uma forma de neofascismo que se renova com certos traços dos mais salientes do "socialismo nacionalista" de Barrès. Este último inspira-se no movimento reunido em torno da pessoa do general Boulanger no fim dos anos 1880: desejo de "nacionalizar" os pobres pequeninos e deserdados, antiparlamentarismo, autoritarismo derivado de uma concepção plebiscitária de democracia ("Revisão, referendo" foi a palavra de ordem unificadora do Boulangismo).

Barrès categoriza esse movimento que reclama para si a alcunha de "santa gentalha" de 1789, de 1830, 1848 e até da Comuna de Paris, sob o orago de Joana D'Arc, que "foi uma santa para todos"². Ele propôs entre 1893-94 um plano em quatro pilares: taxa sobre os empregadores, taxa militar aos expatriados, equivalente à paga pelos franceses isentos do serviço militar, a exclusão dos estrangeiros de todos os canteiros nacionais e a expulsão de todos os estrangeiros assistidos pela Assistência Pública³. Em 1898, aproveitando-se do sentimento de insegurança econômica que pesa sobre o pequeno comerciante, o agricultor, o burguês e o operário em períodos de crise, torna o protecionismo o centro de seu programa político: protecionismo contra produtos e trabalhadores estrangeiros, protecionismo contra a vassalagem ao capital internacional que elimina o trabalhador francês, proteção contra os naturalizados⁴.

¹ Laurent Jeanpierre, "Quand je parle de 'populisme', je mets le mot entre guillemets!". Cahier de l'Éducation permanente, nº 49, p. 96-97.

² Citado por Zeev Sternhell, *The Revolutionary Right*, p. 65.

³ *Ibid.*, P. 71.

⁴ *Ibid.* P. 73.



Atribuições do "boulangismo"

O apelo ao povo, o culto ao líder e o sentido de autoridade formam os ingredientes diretamente tomados de empréstimo do Boulangismo. Deste ponto de vista estrito, a orientação dada ao Front National por Marine Le Pen, longe de marcar uma "reviravolta social" ou uma reorientação "à esquerda", revela inspiração *mais diretamente fascista* que o reacionarismo de seu pai no começo dos anos 1980. Sem dúvidas, a linguagem utilizada é mais polida e expurgada de "excessos" antisemitas e o inimigo não é mais a Alemanha enquanto nação, mas da eurocracia bruxelense, que encoraja a "invasão islamista" favorecendo a entrada de migrantes. Mas inúmeros elementos do "socialismo nacionalista" dos anos 1890 são reciclados em uma síntese ideológica que apresenta muitos traços do que estava nas "origens francesas do fascismo", segundo expressão de Zeev Sternhell.

Este é o caso particular do uso sistemático de **referendos para impor uma revisão constitucional**. Marine Le Pen anunciou, desordenadamente, revisões constitucionais aleatórias, acerca da supressão do Senado, sobre a revogação do poder constituinte da Assembleia Nacional, inscrição da preferência nacional no Preâmbulo¹ da Constituição, limitação do poder constitucional, sobre o retorno ao mandato presidencial de 7 anos, sem reeleição². Há, certamente, diferenças que não se deve ocultar: mesmo se seu núcleo histórico seja enraizado nesta ideologia, o Front National não tem nada do partido de massas estruturado que constituía a Liga dos patriotas nos anos 1890 e seus métodos de ação e propaganda têm pouco a ver com as manifestações de rua e turbas organizadas por este partido. Permanece, e eis o essencial: retomando intencionalmente as fórmulas "LePenistas", François Fillon colocou-se belo e bem no terreno do neofascismo, não do populismo.

Poder forte contra a democracia liberal

Tal recordação é tão impositiva quanto o Boulangismo é pelo eco que ressoou nos meios operários, semeando profunda perturbação mesmo nas correntes mais radicais da esquerda da época, ao ponto de suscitar a ira de Engels, de

¹ Preâmbulo refere-se ao texto introdutório que apresenta uma justificativa para promulgação de uma lei. Normalmente os regimes totalitários fazem extensos preâmbulos para 'justificar' suas outorgas. Um bom exemplo são os Atos Institucionais do regime civil-militar de 1964-1985 no Brasil cujos Preâmbulos eram uma lista de motivos para 'validar' aqueles atos inconstitucionais (especialmente até o AI-4 quando ainda vigia a Constituição de 1946) (Nota do revisor Márcio José Silva).

² "Se Marine Le Pen foi presidente," Mediapart.fr, em 14 de março de 2017.



Liebknecht e de Bebel contra seus representantes¹. É o caso, particularmente, dos blanquistas, dos guesdistas, e de modo geral, dos antigos comunardos. Um Edouard Vaillant até oferecerá seu apoio a este movimento, e diversos guesdistas, notadamente na região da Gironde, serão despejados no Boulangismo.

Qual a razão profunda disto? A mesma atração pelo poder forte justificado por uma oposição feroz à democracia liberal. Assim, Guesde não hesita em escrever em plena ascensão do partido nacional: "Pouco importa a estrutura do poder, tudo depende da mão da classe que o exerce"². Hoje mais do que nunca, é importante meditar sobre a sedução exercida pelo boulangismo sobre o que se poderia chamar um "esquerdismo autoritário", isto é, um esquerdismo combinando o chamado à greve geral para dirigir à ação direta, com a fascinação pelo líder e o culto ao poder de Estado exercido com mão de ferro. Devido à tentação do neoblanquismo e do neoguesdismo ainda viva no seio de uma fração da esquerda dita radical.

Em quê a noção de "populismo" é suscetível a esclarecer o significado político do Boulangismo? O filósofo político argentino Ernesto Laclau, na sua obra, *A razão populista*³, quer considerar deste fenômeno apenas quatro elementos ou aspectos "*político-ideológicos*"⁴. Em primeiro lugar, a heterogeneidade das forças que sustentavam o general Boulanger e sua situação apartada em relação ao sistema posto. Em segundo lugar, a concentração do apoio a Boulanger nos centros urbanos, onde este movimento mesclou a maior parte das camadas sociais, sem se reduzir ao elemento proletário. Em terceiro lugar, a ideia de que uma intervenção extra-parlamentar seria tão interessante para a esquerda radical quanto para a direita⁵. Por fim, em quarto lugar, o que possibilitou a união de forças heterogêneas era a devoção a Boulanger e ao carisma deste personagem.

Para Laclau, estes quatro elementos reproduzem ponto a ponto as dimensões que definem, aos seus olhos, o populismo: o reagrupamento de forças heterogêneas e de demandas que não podem estar integradas no sistema

¹ Zeev Sternhell, *op.cit.*, p. 38.

² *Ibid.*, p. 40.

³ LACLAU, Ernesto; MOURA, Carlos Eugênio. *A razão Populista*. São Paulo: Três Estrelas, 2013. Ernesto Laclau (1935-2014) e sua colega e companheira Chantal Mouffe desenvolveram desde a década de 1980 uma reflexão sobre a estratégia política da esquerda, defendendo uma concepção positiva de "populismo".

⁴ Na realidade, "ao contrário do que a visão retrospectiva do boulangismo, elaborado no final do século à luz do caso de Dreyfus, apoia a ideia de que um golpe de estado nem sequer tocou as mentes dos chefs de padarias. Tampouco atravessou a multidão de manifestantes que invadiram os arredores do restaurante Durand, onde o general e sua equipe vieram comemorar o maremoto da padaria "(Zeev Sternhell, *op.cit.*, p.57).

⁵ Ernesto Laclau, *The Populist Rason*, *op. Cit.*, P. 108.



institucional; a ligação de equivalência entre todas estas demandas, com o mesmo inimigo comum (a corrupção do sistema parlamentar); a figura de uma individualidade que funciona como uma "significação vazia", posto que é reduzida à representação e esta é objeto de um forte investimento afetivo.

A insistência de Laclau em todas essas características: a equivalência por oposição, a significação vazia, a redução do líder à sua representação, não tem outra função que a recusa a levar em conta o conteúdo positivo da ideologia Boulangista e a atitude política prática deste conteúdo determinado. Da mesma forma, a sua análise do avanço eleitoral do Front National mostra o impasse sobre as posições políticas práticas deste partido por se concentrar principalmente sobre o que este chama "necessidade ontológica de expressar a divisão social", uma vez que o Partido Comunista não foi mais capaz de expressar essa divisão, a "função ontológica" (*sic*) foi assegurada ao "populismo de direita" da FN¹.

Pela primazia da "função ontológica", passamos silenciosamente pelo conteúdo de uma cultura política inteira (a da defesa da "independência nacional" e da "Produção francesa [protecionismo]"), que facilitou consideravelmente a migração de parte dos eleitores do PC à FN e cria-se a possibilidade de organizar uma "nebulosa terra de ninguém"² entre populismo de direita e de esquerda. Desta primazia de uma função suscetível de ser cumprida por politicamente significantes opostos que permitiu a Pablo Iglesias afirmar em 2014 que o Podemos ocupava o mesmo espaço político como Syriza na Grécia, Beppe Grillo na Itália ou o Front National na França³.

A noção de "populismo" é, então, utilizada para justificar a neutralização da oposição política em proveito de função e espaço tão invariáveis que são vazios em conteúdo. Não explica, contudo, nada do que estes fenômenos têm de específico. Assim, confrontamo-nos com esta alternativa: ou mantemos a noção de populismo, renunciando-se, portanto, a explicação da diferença entre o "populismo de esquerda" e "populismo de direita", devido ao vazio desta noção; ou assumimos que se busca realmente explicar esta diferença, devendo-se necessariamente introduzir elementos que não têm nada mais conceito de "populismo", o que equivale a abandonar qualquer recurso que não seja puramente linguístico desta noção.

¹ Ibid

² Veja a entrevista publicada pela Mediapart em 20 de junho de 2014.

³ Ernesto Laclau, *The Populist Reason*, op. cit., p. 78.



O populismo como contra estratégia ...

A segunda questão levantada pela referência insistente de "populismo" é a do valor político deste conceito qual contra estratégia. Apoiando-se na obra *Psicologia de massas e Análise do eu* de Freud (1921), Laclau considera que a constituição de um povo não é possível senão ao preço da identificação de todos os indivíduos a um mesmo líder. Contudo, Laclau vai ao ponto de aproximar explicitamente a relação de membros do "povo" com seu líder à relação de membros da Igreja com Cristo: cada cristão deve amar a Cristo como ideal da massa e se identificar com ele amando aos outros membros da Igreja, da mesma forma como ele supostamente os tenha amado.

Ao contrário do que sustenta Ernesto Laclau¹, esta relação dúbia dos membros do povo com o seu líder não torna este líder "mais democrático" que um líder não identificável, antes, esta relação constitui-se terrivelmente escravizante e tirânica. Em uma única figura humana ter-se-ia, de fato, um "substituto do pai" com o qual se deve identificar amando todos os irmãos com o mesmo amor dele e, ao mesmo tempo, um "irmão" que se identifica como todos os outros porque ele tem traços comuns a todos os demais.

Como se pode exigir da mesma o indivíduo que ame o líder supremo como modelo ideal e que se identifique diretamente com este? Esta dupla exigência não é perfeitamente contraditória nestes termos? O amor dedicado ao líder implica que se olhe para ele como muito *superior* a nós e identificação direta com esse mesmo líder implica, contrariamente, que se lhe considere nosso *igual*. Estamos aí mais especificamente próximos dos aspectos mais problemáticos do Chavismo (culto crístico ao líder e relação plebiscitária entre o líder e as massas) quando a verdadeira democracia deve ser exercício organizado de controle do povo sobre os seus próprios líderes.

A ideia que temos da democracia

No entanto, o que está em jogo em Laclau não é fundamentalmente a psicologia das massas, mas a formação da identidade popular como identidade política. Viu-se que esta constituição exige aos seus olhos que se estabeleça a equivalência entre demandas sociais muito heterogêneas, o que tende a empobrecer o conteúdo funcionando como uma "significação tendenciosamente

¹ Laclau, Ibid, p. 118.



vazia¹". Precisamente, quanto mais equivalência for estendida mais a significação que une toda a cadeia será vazia. De acordo com Laclau, este elemento pode ser apenas a individualidade. Complicando a noção clássica de representação política, introduz a ideia de uma dupla dimensão inerente a *toda* representação².

A primeira transforma o representante naquele que transmite a vontade dos representados, ao passo que a segunda faz dele um ator que "acrescenta" algo decisivo para os interesses dos representados. Esta adição não é irrelevante, uma vez que consiste na identidade dos representados "o representado depende do representante para a constituição de sua identidade"³. Os representados, assim, não têm identidade antes da representação e independentemente dela. Essa única dimensão, todavia, está longe de esgotar a relação de representação.

Leve-se em conta, ainda, o segundo movimento, que é do representado ao representante: o representante não deve dar a si mesmo autonomia total, caso contrário ele seria somente "uma corrente de equivalências"⁴. Esta exigência dupla (constituir a totalidade e representar uma corrente de equivalências) não se coloca sem problema: como *re*-representar aquilo que nos constituímos? Em Laclau, é semelhança do pai aos irmãos (os "traços comuns") que é responsável pela função de reduzir a distância entre representante (pai) e representados (irmãos): o representante deve, ao mesmo tempo, ser irmão e pai. Daí a ênfase na semelhança do representante com o representado⁵. Por conseguinte, a representação é procedente de uma identificação do representante com os representados em virtude da suposta semelhança do representante com os representados.

O verdadeiro desafio de todo o projeto é certamente a ideia que temos da democracia. Sob o pretexto de combater a identificação da democracia à democracia liberal, cuja responsabilidade é de Claude Lefort, Ernesto Laclau e Chantal Mouffe invocam contra "a tradição liberal constituída pelo império da lei, defesa dos direitos humanos e respeito à liberdade individual" uma "tradição democrática fundada sobre a igualdade, na identidade entre governantes e governados e a soberania popular"⁶.

¹ Laclau, *Ibid*, p. 122.

² *Ibid*, p. 187.

³ *Ibid*.

⁴ *Ibid*. (ênfase adicionada)

⁵ *Ibid*, p. 190.

⁶ *Ibid*, p. 197 (as fórmulas citadas por Chantal Mouffe são assumidas por Ernesto Laclau).



Carl Schmitt e a democracia plebiscitária

Estranhamente, é no seio da teoria do jurista e filósofo do Direito Carl Schmitt¹, que aderirá ao nazismo em 1933, que se encontra a reelaboração do conceito de democracia em consonância com esta suposta "tradição democrática". Na sua obra *Théorie de la constitution*² (1928), este define a democracia como forma de governo pela identidade do governante e do governado e da "homogeneidade do povo" sua característica principal³. Portanto, faz a "aclamação" o momento privilegiado em que a presença do povo fisicamente unido torna irrelevante toda forma de representação⁴.

Por meio dessa mesma lógica que o mesmo Carl Schmitt assimilará, em 1932, a democracia "direta" ou "não representativa" à democracia "plebiscitária", chegando a falar sobre o "sistema plebiscitário de democracia direta"⁵. Mas esta pretendida identidade imediata do povo consigo mesmo não se trata de uma característica essencial da democracia. Aristóteles fala de uma regra de alternância que faz com que cada cidadão seja alternadamente governante e governado, mas esta reciprocidade no exercício do poder não tem nada a ver com uma identidade do povo consigo mesmo⁶.

A democracia é, essencialmente, deliberativa, e a prática da deliberação coletiva não pressupõe uma homogeneidade, mas uma *heterogeneidade* do povo. Em razão desta heterogeneidade que "uma massa numerosa decide melhor que qualquer indivíduo", "como uma festa paga coletivamente é melhor do que qualquer festa ofertada por uma pessoa única"⁷. Mas a festa da deliberação coletiva não é uma festa de aclamação.

Consequentemente, se a democracia representativa deve ser criticada não por ser deliberativa, mas, ao contrário, porque não é verdadeiramente deliberativa: a oligarquia dos representantes só se constitui pela expropriação da capacidade

¹ Carl Schmitt, *Theory of the constitution*, puf, 1993, p. 352 e 372.

² Não disponível em português. Disponível em espanhol: SCHIMITT, Carl. *Teoría de la constitución*. Madrid: Editorial Alianza, 2011 (Nota do revisor Márcio José da Silva).

³ *Ibid*, p. 382.

⁴ Carl Schmitt, *Legalidade e Legitimidade*, Les Presses de l'Université de Montréal, 2016, p. 46-47.

⁵ Ao contrário do que Carl Schmitt sustenta, *Theory of the Constitution*, op. cit., p. 353.

⁶ Aristoteles, *Les Politiques*, GF Flammarion, 1993, p. 263

⁷ Ahmet Insel, "A pós-democracia entre governança e caudilismo", *Revue du Mauss*, n. ° 26, 2005.



coletiva de deliberação dos representados e a deliberação é, portanto, completamente fraudada. Sobre isso, a introdução por Hugo Chávez do referendo revogatório à altura da metade do seu mandato sobre a Constituição venezuelana testemunha, não a realização da democracia direta, mas do espírito plebiscitário do regime. É a revogabilidade dos representantes pela *iniciativa* dos cidadãos que faz a democracia, não a resposta a uma questão posta de antemão pelos governantes.

Resumidamente: a única alternativa à oligarquia neoliberal é a democracia compreendida como co-participação no processo de deliberação e de decisão. Todo o resto não passa de falácia e descaramento. A noção de "populismo" enfrenta esta alternativa porque obscurece o conceito de "democracia" tornando aceitável a pretensa "democracia plebiscitária", razão pela qual este título deve ser categoricamente rejeitado.

Esta expressão é e deve permanecer uma palavra inimiga, que toda esquerda digna deve se interditar ao uso em seu nome. Mais precisamente ainda, toda política que se reivindica do populismo não faz mais que confortar a desapropriação política dos dominados recolocando nas mãos de um líder sua inteligência e sua capacidade de ação.

O desespero dos sacrificados do neoliberalismo

A questão é, portanto, estratégica. Como lutar em duas frentes, contra o neofascismo e o neoliberalismo, levando em consideração que o neofascismo, cuja ascensão foi favorecida pelas políticas neoliberais, não representa de forma alguma uma ruptura com o sistema neoliberal? É preciso iniciar com um diagnóstico: o partido socialista e o governo têm uma responsabilidade esmagadora no desastre atual. Toda sua política consistiu a infligir uma longa série de derrotas sociais aos assalariados, aos aposentados, aos funcionários públicos, às pessoas mais modestas. Tudo isto se paga hoje com a desunião e sua derrota política.

Poder-se-ia, portanto, esperar que a rejeição regularmente exprimida no curso das eleições ao curso neoliberal dos últimos cinco anos ofereceria a chance de refundar uma "nova esquerda", desejosa de fazer uma política de esquerda. Isso não aconteceu, mas era certo há muito, o recuo vergonhoso de Hollande a derrota penosa de Valls nas primárias. Desde então, as ilusões voaram.

As vítimas do neoliberalismo se vingam

A rejeição do neoliberalismo por um grande número de eleitores de esquerda provavelmente abrirá o caminho para o neofascismo disfarçado de Le Pen



ou para o neoliberalismo assumido e arrogante de Macron. Este aparente "paradoxo" foi analisado por muitos comentaristas: a cada eleição, as classes populares, que anteriormente apoiavam os partidos de esquerda, afastaram-se da votação ("é inútil votar") ou intencionavam "virar a mesa" ao votar na FN, pois se sentiam abandonados pelos líderes políticos impotentes em diminuir a desindustrialização, o desemprego e a precariedade.

Na realidade, e os estudos eleitorais são terríveis a este respeito, a rejeição popular aos candidatos de esquerda, incluindo Mélenchon, é implacável para os acusados de serem indiferentes à situação das classes populares. Doravante, a esquerda é largamente minoritária entre os trabalhadores e empregados. Não são os dominados os principais responsáveis pelo destino que lhes foi reservado, mas aqueles que prosseguiram uma política que, desde os anos 1980, procurou enfraquecer material e subjetivamente as classes trabalhadoras. Sabe-se e se repete: as chamadas políticas de "esquerda" já não procuravam, a partir de 1983, questionar a potência do capital, tais visavam fortalecê-lo, e isso pelo grande mercado europeu, a moeda única, a concorrência interna e externa entre assalariados e frações dos assalariados.

É a hora do ressentimento. As vítimas do neoliberalismo se vingam ao fazer os negligenciados pagar. E essa vingança beneficia, acima de tudo, aos piores. Uma parte do outro componente sociológico da esquerda - funcionários do setor público, professores e graduados - temerosos com a perspectiva de uma vitória neofascista e pouco inclinados a ver nas pesquisas o cinismo fomentado na "extrema direita", arriscam calculadamente abandonar os dois representantes da esquerda em favor daquele que, primeiro à sombra de Hollande e depois no governo de Valls, inspirou e compôs a "traição" de Bourget. Macron, ilusão de um "mal menor" é, evidentemente, o perigo que em cinco anos, quando tombados os diques entre extrema direita e extrema esquerda, sem dúvida, o neofascismo seja ainda mais forte. Mas o cálculo desses eleitores não chega tão longe e por uma boa razão: é, na motivação do imediato, a divisão entre os dois candidatos da esquerda que os leva a essa opção detestável.

O impasse da esquerda

Assim, não se enganem: em nenhuma época anterior houve tanto subjuogo ao casamento infernal do neoliberalismo agressivo e o nacionalismo identitário e xenófobo. Por termo a mecanismo infernal deveria ser a tarefa prioritária de uma



esquerda restabelecida. Esta ainda não conseguiu e não terá sucesso nas próximas semanas porque não atendeu a três condições necessárias e relacionadas:

1) A construção de um poderoso pólo político fora do Partido Socialista, o que teria presumido uma dinâmica unitária que não foi produzido pela Frente de Esquerda;

2) A recentralização da política de esquerda sobre a "questão social", isto é, de emprego, trabalho e desigualdade e, além disso, propriedade;

3) A eliminação da fratura que se põe para toda política alternativa, o Partido Socialista atual. Esta última condição exigiria, quer que se atraia essa formação para a atração mortal do neoliberalismo, o que implicaria forças internas capazes de derrubar o domínio do aparelho e dos eleitos, o que não foi possível até agora, de tão atingido pelo oligarquismo senil que está o partido; ou para dividi-lo em dois blocos "irreconciliáveis", que ainda não foram feitos por falta de decisão e horizonte estratégico de Hamon e os outros chamados contestadores.

Ausentes tais condições, os dois candidatos pretenderam tomar caminhos transversais a fim de sair do impasse estratégico no qual ambos se engajaram. Mélenchon cavalga solitário, impondo um modelo político "populista" aos seus antigos parceiros da Frente de Esquerda. Este é o significado de seu movimento, a France Insoumise (a França rebelde), que se proclama "apartidária" e, sobretudo, ligada à sua candidatura presidencial.

Os problemas não resolvidos da candidatura de Mélenchon

A estratégia "revolucionária" de Mélenchon é, na realidade, estritamente eleitoral. Embora a partida fosse uma questão de compor um amplo bloco social e ideológico em torno da elaboração coletiva de um programa político, o caminho seguido consistia em apostar na adesão das massas a um líder carismático que empresta o verbo a um povo revoltado. Ao contrário do Podemos, um partido que se baseou em um coletivo de líderes jovens e foi levada por ondas de protesto, a France Insoumise confia em identificação com um homem excepcional cujo poder de persuasão depende de suas qualidades pessoais, e especialmente à eloquência rara dos tribunos de tempos passados.

No entanto, o "radicalismo" de Mélenchon está longe do socialismo antigo. Não há mais socialização de forças produtivas ou autogestão. A principal mensagem é colocada em instituições políticas, consideradas como a chave para qualquer transformação. Daí a centralidade da questão da soberania, daí os emblemas republicanos e nacionais: bandeiras tricolores, barrete frígio, a Marselhesa,



Constituinte e outros "levantamentos em massa" de cidadãos reunidos na Bastilha e na República.

Esta candidatura representa certa quantidade de problemas não resolvidos: como passar para a Sexta República, jogando com a personalização em excesso e flertando perigosamente com a "democracia plebiscitária"? Como podemos acreditar na maturação coletiva de um projeto de sociedade, alimentando o impulso politicamente ambíguo do "apartidarismo"? Em qualquer caso, uma vez que esta candidatura de personificação do povo é "acima dos partidos", não pode haver a menor disposição com as outras formações da esquerda, tratadas com desprezo de "baboseiras". Siga-me quem me ama.

A jogada de Hamon não é mais encorajadora. Em muitos aspectos, é a pior. O candidato socialista não sabe a maneira de dançar porque não mudou o terreno. Em vez de exibir sua ruptura com o quinquênio neoliberal, ele manobrou, se esquivou. Como se ainda houvesse algo a ser esperado de um dispositivo e funcionários eleitos que desejam afogá-lo o mais rápido possível nas águas podres dos das acomodações e exonerações.

No entanto, muito demasiado à esquerda para o aparelho eleitoral, o que ele teria a perder ao permanecer fiel às suas convicções primárias? Obviamente, teria que remover qualquer ambiguidade em relação à União Europeia, sua lógica de austeridade, seu *dumping* [sabotagem] fiscal e social. Mas era tão contrário aos seus lamentáveis apelos em nome da reunião da "família socialista" que ele não poderia ir muito nessa direção. Ele deveria ter sabido que muitos eleitores de esquerda já não estão dispostos a confiar nele cegamente depois de terem sido enganados por Hollande, Macron e Valls como foram. Fazer 20 000 pessoas aclamarem os nomes da Hollande, Cazeneuve e Le Drian durante a reunião de Bercy em 19 de março é o próprio sinal de que a posição dupla em relação ao quinquênio, crítica e elogiosa, de fato, insustentável.

Hamon atolado em sua herança

A fim de superar suas contradições, foi sua intenção nas primárias projetar dez ou vinte anos à frente, considerando um futuro com escasseamento do emprego que justificou assim sua proposta de renda universal. Desvio que lhe permitiu um momento para obter certificado de utopia junto a uma fração dos eleitores da esquerda. Se essa utopia não permite que ele se reconecte com as classes populares, cujos desempregados querem um "trabalho real", não permitiu que abordasse de imediato as questões urgentes da política econômica da Europa.



Resumindo, afundado na herança, ele apenas espera um novo equilíbrio de forças dentro do Partido Socialista.

Na realidade, os dois candidatos, e não escondem isso, resignaram-se ao fracasso da esquerda. Acreditados, momentaneamente, por 10 a 15% de votos cada um, parecem competir apenas para saber qual dos dois será o quarto e o quinto na eleição. Um objetivo ridículo aos olhos dos eleitores de esquerda, tendo em conta as apostas históricas desta eleição, mas de grande importância para os militantes mais convencidos ou sectários.

Também é muito preocupante que alguns deles, meio calculistas e meio sinuosos, em breve encontrem uma justificativa. "Está acabado", alguns deles deixam escapar aleatoriamente. Somente a futura "recomposição" da esquerda contaria. Daí a estranha indiferença mostrada em face de pesquisas desapontadoras, cegueira quanto às consequências da divisão.

Sem dúvida Hamon e Mélenchon aparentaram dialogar; na realidade, nenhum deles tinha qualquer aproximação entre si. A divisão, sem dúvida, permitirá que a oligarquia dos eleitos "detenha" o Partido Socialista para recuperar o controle após o suporte da candidatura Hamon. Mas, acima de tudo, deixará face a face à candidata do neofascismo requentado e o candidato do neoliberalismo rejuvenescido. Isso, no final, deve ser concluído com lamentação suficiente para afastar muitos eleitores da esquerda e talvez mesmo para terem repulsa à política. Sabor amargo aguarda-nos, contudo, não é com este que reconstruiremos a esquerda.

Que unidade?

O neoliberalismo causou continuará a causar estragos, como se sabe. Um deles, o mais proeminente de toda a conjuntura, é a progressão do neofascismo. Os assalariados mais subjugados, e outras categorias, com eles se enfurecem e acreditam que Marine Le Pen seja seu melhor recurso. Tudo parece ser feito para reforçar sua imagem "social". Sua atenção a temas sociais (aposentadoria, proteção social, emprego "nacional", etc.), sobre os quais a esquerda há muito tempo tem uma espécie de monopólio, está conseguindo avançar além de todas as expectativas, pelo próprio fato de ter vivido o abandono pela esquerda governamental.

Seguindo os passos de um Sarkozy que em outro momento denunciou o programa econômico do Front National como um programa "de extrema esquerda", muitos jornalistas ajudam a cumprir seu plano: assim que um candidato de



esquerda ou de extrema esquerda se atreve a adiantar uma medida social, defendendo a aposentadoria aos 60 anos ou a abolição do direito trabalhista, por exemplo, apressa-se a acusá-lo de imitar Le Pen.

Como desconjuntar a "catástrofe democrática ameaçadora", de acordo com a expressão de Laurent Mauduit¹? Muitos, desolados do espetáculo da esquerda, gostariam de ver a unidade. Seu chamado merece respeito, especialmente aquele apelativo, do prefeito comunista de Grigny, Philippe Rio². Mas apelar para a unidade dos dois candidatos infelizmente não ajuda muito na situação atual. Eles permanecerão trancados em sua própria lógica. Eles pagarão o preço, e nós com eles, da autodestruição do socialismo nos últimos 30 ou 40 anos, por não querer e nem poder superar esse histórico desastre. No entanto, ninguém possui a unidade. Nenhum dispositivo, nenhum gerente, deve ter o direito de decidir sobre um canto de uma mesa de restaurante.

Mas, acima de tudo, como podemos deixar de ver que se *realmente* queremos reconstruir a esquerda, os tempos da aparelhagem dominante e dos líderes solitários passou? Como podemos deixar de entender que alguma transformação social real agora passa pela libertação das energias democráticas, através de uma efetiva desverticalização da ação política? Mélenchon certamente entendeu que o tempo dos velhos partidos tinha passado, mas ele verticalizou ainda mais a relação pessoal deseja manter com o "povo", conforme o esquema duvidoso e perigoso proposto por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe.

Desse ponto de vista, a dívida proclamada contra a "revolução bolivariana" de Hugo Chávez é bastante perturbadora³. A chamada "democracia plebiscitária" não é, de modo algum, uma forma particular de democracia, é a pura e simples negação da democracia entendida como o exercício real do poder político pelo povo, pelo menos sob a forma um controle ativo sobre os detentores do Poder Executivo.

Que contraste com a proliferação de práticas inovadoras e novas ideias em matéria democrática, como testemunhou o movimento Nuit Debout. Basta ouvir todas as experiências práticas e todas as discussões teóricas que acontecem há anos neste país e em outros, incluindo a Espanha, para perceber a natureza arcaica das formas de ação na esquerda política francesa.

¹ Laurent Mauduit, "Para afastar o espectro da década de 1930", Mediapart, 28 de fevereiro de 2017.

² Ver: <<http://www.liberation.fr/debats/2017/03/02/cher-benoit-cher-jean-luc-a-g>

³ Veja Política 1427, 10/11/2016, p. 3, que se refere ao livro de entrevistas de Marc Endeweld com Jean-Luc Mélenchon, *Le Choix de l'insoumission*.



Nenhuma refundação da esquerda ocorrerá enquanto a palavra e a ação, o projeto e a organização estiverem dissociados. As fissuras do passado são muito grandes hoje para a sensibilidade política das pessoas de esquerda que querem hoje *tomar partido*. Há outra condição, e é fundamental. Como foi dito, a luta secular pela igualdade social foi traída pela esquerda governista, e essa traição levou à deserção das classes populares e ao sucesso do neofascismo. Colocar a igualdade social no centro da atividade política e fazer com que essa política igualitária comece nos próprios arranjos organizacionais é a única forma concebível para a esquerda sobreviver e reconstituir-se. A transformação social desejada na esquerda, portanto, começa em si mesma.

Urgência democrática e Frente comum

Devemos agir rapidamente para que, nas eleições legislativas, o destino da esquerda anti-neoliberal não seja totalmente condenado. Com quem formar unidade amanhã? E como? Não devemos nos iludir sobre a natureza do Partido Socialista, e conhecemos muito bem o obstáculo que, por si só, se tornou a fazer qualquer política de ruptura com a ordem existente. Dada a decomposição da esquerda atual, é importante refletir sobre o rápido estabelecimento de um vasto bloco democrático anti-neoliberal, que reúna múltiplos elementos políticos, sindicais e associativos, em grande acordo para fazer uma frente comum contra os dois inimigos com destinos inseparáveis: neofascismo e neoliberalismo.

A esquerda da esquerda francesa deixou um atraso considerável e decepcionou as expectativas de muitos, exceto quando estava unida por um período muito curto na forma de um cartel de organizações. Lembremos: 1995-2005, o primeiro período de luta maciça contra as políticas neoliberais e o surgimento da alter-globalização; 2005-2009, confusão sectária e incapacidade das forças políticas da esquerda para dar nova forma política às resistências sociais; 2009-2016, vida e morte da Frente Esquerda, apenas uma tentativa, mas abortada, de coalizão da "esquerda de esquerda".

A "superação" da Frente de Esquerda que Mélenchon quer em 2016 leva, como ele deseja, a uma nova força parlamentar ou a um vácuo? Paga-se alto preço pela desunião. A responsabilidade é, sem dúvida, compartilhada entre os "aparelhos", mas é pesada para todos e não poupa nenhum. Ou o sectarismo do aparelho é prolongado, e será o fim por um longo tempo da esquerda crítica e radical, ou pode ser superado pela criação de uma nova formação ao mesmo tempo



unitária e diversificada, e o casal infernal de seus dois inimigos poderão então ser combatidos e derrotados.

Esta dinâmica unitária é, além disso, a condição para o Partido Socialista se rompa entre seus dois pólos que estão hoje artificialmente unidos sob um único chapéu. Se um grupo de "confrontadores", social democratas à antiga, conseguisse se reconstituir sobre as ruínas de Hollande, poderia participar da Frente comum.

Mas ainda não estamos lá. A atual dinâmica da divisão provavelmente oferecerá um segundo turno nas eleições presidenciais com a escolha entre Le Pen e Fillon ou, mais provavelmente, Le Pen e Macron.

Se todos os chamados à unidade permanecerem em vão, se não pudermos impedir mais nada, em qualquer caso, após as eleições, permanecerá a "urgência democrática" para enfrentar o neofascismo, fruto duplamente do desespero alimentado pelo neoliberalismo e a ausência de uma alternativa política real. Pois não devemos nos enganar: a ameaça do neofascismo é uma ameaça de *guerra civil*. Portanto, se queremos realmente evitar que o pior aconteça, devemos pensar e experimentar as formas de uma frente democrática comum.